

NOTA DE REPÚDIO E CONTESTAÇÃO: EM DEFESA DO TELETRABALHO EQUILIBRADO E VALORIZAÇÃO DOS EMPREGADOS

A análise da consulta pública para as novas normas do teletrabalho revela um retrocesso institucional grave. A proposta atual desfigura um modelo de gestão moderno e colaborativo, transformando-o em um instrumento de centralização de poder e punição funcional.

Manifestamos nossa total discordância e preocupação com os seguintes pontos críticos identificados:

- **Hipercentralização e Superpoderes:** A condução das mudanças direciona privilégios desproporcionais à Diretoria Executiva, esvaziando por completo a autonomia das Superintendências, que conhecem a realidade operacional da ponta.
- **Exclusão de Categorias Fundamentais:** A retirada dos auxiliares do rol de elegíveis ao teletrabalho é uma medida injusta. Essa decisão pune diretamente os profissionais que, ao longo de anos, sustentaram as metas e os objetivos estratégicos da Companhia.
- **Prejuízo aos Desterritorizados:** A norma ignora o interesse mútuo e submete os colegas desterritorizados exclusivamente à conveniência unilateral da empresa. O teletrabalho passa a ser tratado como exceção extrema, ignorando a realidade contratual consolidada.
- **Transferência de Custos ao Empregado:** A obrigatoriedade do trabalhador de arcar com os custos de transporte por conta própria quando convocado à sede fere a lógica da boa-relação trabalhista.

O Retrocesso Frente às Diretrizes do MGI

As alterações propostas caminham na contramão dos estudos e diretrizes promovidos pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Os dados oficiais comprovam que o teletrabalho estruturado:

1. Reduz custos administrativos substanciais.
2. Diminui a necessidade de expansão de espaços físicos.
3. Amplia a autonomia dos empregados.
4. Favorece o aumento real de produtividade.



A Companhia precisa buscar o equilíbrio na distribuição das atividades e o devido reconhecimento de sua força de trabalho, em vez de adotar medidas restritivas e centralizadoras. Exigimos a revisão imediata do texto da consulta pública para que o teletrabalho permaneça moderno, inclusivo e eficiente.

SINTSEF-BA e ASNAB/BA